



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2018 - MANDATO 2017 - 2021-----

Aos vinte e três dias do mês de Novembro de dois mil e dezoito, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo seu Presidente, Fernando Rodrigues Louro e seus secretários; 1º Secretário - João Pedro Antunes Osório, 2º Secretário - Miguel Miranda; verificou-se ainda a presença dos seguintes deputados municipais: Júlio Manuel Fernandes Pratas, Anabela Feliciano da Costa, Celestino Tomaz Pereira Brasileiro, Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, Inês Filipa Asseiceira Coutinho, Armindo Pinto Batata, Joaquim Luís Rosa do Céu, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Abel Ferreira Melro Pedro, Ana Margarida Rosa do Céu, Carlos Alberto Dias Marques, Rodolfo Manuel Machacaz Colhe, Cidália Maria da Silva Maia Sal, Ana Rita Monteiro Marques. -----

O Presidente da Assembleia informou que estão ausentes, da bancada da CDU, os senhores deputados: Liliana Carapinha, Fernanda Garnel, Vanda Pereira e Nuno Prates e que foram substituídos pelos senhores deputados Miguel Miranda e Inês Coutinho.-----

Da Bancada do Partido Socialista, estiveram ausentes os senhores deputados: Maria Filomena Rúbio e Filipe Gama Nunes, e foram substituídos pelo Sr. Deputado Rodolfo Colhe. -----

Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal: Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira, Vereador João Pedro Costa Arraiolos, Vereador António da Conceição Moreira. -----

Verificou-se a ausência da Sr.ª Vereadora Sónia Sanfona Mendes.-----

Pelo facto da mesa estar incompleta, o Sr. Presidente convidou os Srs. Deputados João Osório e Miguel Miranda. -----

--- ORDEM DE TRABALHOS PROPOSTA NA CONVOCATÓRIA -----

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do

Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro-----

Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta - Substituição de Dívida - Proposta de Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao limite de EUR 3.305.346,48.-----

Município de Alpiarça-----

Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta Imposto Municipal de Imóveis (IMI) - Valor percentual para o ano de 2018 a liquidar em 2019 - D.L. n.º 287/2003, de 13 de Novembro, com a redação atualizada.-----

Município de Alpiarça-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta - Taxa de Derrama do Ano de 2018, para cobrança no Ano de 2019.-----

Município de Alpiarça-----

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta - Percentagem da participação variável no IRS - Ano de 2019 - Artigo 26º da Lei das Finanças Locais - Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na redação atualizada.-----

Município de Alpiarça-----

Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) - Valor percentual para o Ano 2019 - Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro, na redação atualizada - Lei das Comunicações Eletrónicas.-----

Município de Alpiarça-----

Ponto 7 - Apreciação e votação do Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço, do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira - Aprovação da Composição do Júri.-----

Município de Alpiarça. -----

Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da actividade pecuária e no licenciamento de instalações destinadas ao apoio à atividade de turismo rural e organização de actividades de animação turística, complementado com uma zona de restauração e museu etnográfico, sita na Quinta de São Miguel - Estrada Municipal 1455.-----

Requerente Miguel Maurício Leonor Fidalgo Pistola-----

Ponto 9 - Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Municipal, realizada no dia

29/06/2018.-----

Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, deu início aos trabalhos às: 20h 57m.-----

1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Inscreveu-se unicamente o Sr. João Pedro Rosa do Céu, que apresentou questões sobre os legados, das obras de prédios existentes em Lisboa, valores e transferências. -----

Após intervenção do munícipe, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que por sua vez deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos, para responder sobre os legados, uma vez ter sido ele a acompanhar o assunto. -----

O vereador João Pedro Arraiolos, afirmou que a gestão dos legados tem sido sempre feita pelo Município de uma forma responsável, e daí a atualização de rendas que foram feitas e os rendimentos que têm sido retirados ao longo dos tempos.-----

Disse ainda que o relacionamento com a Fundação José Relvas, tem sido sempre um relacionamento cordial. Desde 2010, até 2017, a Câmara tem feito transferências para a Fundação. Contudo a Fundação optou por usar a via judicial contra a Câmara, e assim, entende que qualquer ação que possa tomar até haver uma decisão judicial, poderá prejudicar a própria posição do Município no diferendo judicial que existe, pelo que a Câmara entende por bem que se apure aquilo que se tiver de apurar e a Câmara como sempre cá estará para assumir aquilo que for condenada a fazer. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia pediu aos senhores deputados para se inscreverem. -----

----- Começou por dar a palavra à Deputada Ana Rita Marques que requereu que lhe seja enviado, por escrito, a lista de arrendatários dos prédios dos legados Manuel Nunes Ferreira na Avenida de Berna assim como a data em que foram realizados os contratos e os valores das rendas que estão a ser cobradas. -----

Inquiriu o executivo sobre a Lei nº 8/2019 que é o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, referiu que o executivo já foi inquirido várias vezes sobre o porquê de não existir o Conselho Municipal de Juventude e referiu que o executivo diz sempre que estes Conselhos não são obrigatórios, segundo a deputada não há nada nesta lei que diga que estes Conselhos são

facultativos.-----

----- A Deputada Graciete Brito, interveio sobre o Parque Infantil da Reserva do Cavalo do Sorraia e disse que os equipamentos devem ser reparados, tendo também sugerido que o prado do Parque Infantil existente fosse cortado com alguma regularidade.-----

Disse ainda que a entrada e saída para o jardim infantil da Escola EB1, JI é um terreno de terra batida e é um lamaçal.-----

Falou sobre a falta de luz de presença nos balneários das piscinas Municipais de Alpiarça, por ter havido uma quebra de energia elétrica. -----

----- A Deputada Margarida Rosa do Céu - questionou o executivo sobre o ponto da situação do Projeto de Unidade de Cuidados Continuados.-----

----- O Deputado Armindo Batata interveio sobre o Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Alpiarça e pediu que lhe explicassem o que se passa com o Plano porque não aparece.-----

Sobre a Alpiagra, questionou o executivo de qual o seu retorno, para além do divertimento natural que o evento transmite às pessoas. Além da festa, que retorno existe, se há de facto algum futuro diferente para a Alpiagra, pensar em eventos temáticos, em vinho, em melão etc.-----

Gostaria de saber o que se passa naquele tempo a seguir à Alpiagra. -----

Questionou sobre os resíduos sólidos urbanos e se Alpiarça vai continuar com o serviço em baixa pelos seus próprios meios para garantir o controlo democrático da recolha do lixo. A proteção à entrada de privado não se põe, já que os Estatutos da Ecolozéria vedam essa possibilidade. -----

Sobre o arranjo paisagístico da Vala, referiu que foi com muito agrado que viu nas Grandes Opções do Plano uma tónica neste arranjo paisagístico da Vala e questionou quais são as perspectivas de futuro em termos de aproveitamento da Vala que no entendimento dele é uma pena aquilo tudo estar a perder-se, sobretudo quando se vê que as pessoas de fora ficam entusiasmadas com todo aquele espaço que ao longo da Vala oferece em termos turísticos. -----

----- O Deputado Celestino Brasileiro, falou sobre a limpeza urbana do Concelho e fez um reconhecimento a este Município e funcionários pelo esforço e pelas melhorias muito significativas que têm vindo a acontecer.-----

----- A Deputada Anabela Costa, falou sobre a limpeza urbana do Concelho e recolha do lixo, constatou que houve melhorias significativas nesta área e nos embelezamentos da parte dos jardins e na limpeza urbana. -----

Falou igualmente sobre os autocolantes que alguém colou nos contentores do lixo e em cima do Brasão da Câmara e disse que achou muito bem o que a Câmara fez, que foi apresentar queixa à GNR.-----

----- O Deputado Abel Pedro, falou sobre a mortandade dos peixes na barragem, que continua a aumentar, e que a água continua com mau cheiro. Questionou se o executivo tem tido em apreço as sugestões que têm sido feitas, se existe alguém a fazer algum estudo e se vamos ou não deixar degradar aquele espaço sendo que é um ex-líbris de Alpiarça e merece ser preservado. -----

Sobre os autocolantes nos contentores do lixo, afirmou que o Partido Socialista é contra aquele tipo de atos, e aguarda que as autoridades se pronunciem, para depois voltarmos a falar sobre o assunto. -----

----- Em seguida o Deputado Joaquim Rosa do Céu, solicitou ao Presidente da Assembleia que clarifique o n.º 2 do Art.º 10º do Regulamento. -----

Sobre os autocolantes colocados nos contentores disse que pela parte da bancada são todos contra esse ato, como são contra outros atos que têm sido praticados de forma abusiva, de deterioração do património público. Como é o caso, entre outros, da Bandeira do Município, exibida ao lado de um pano roto, que tinha sido a Bandeira da União Europeia e a manutenção da falta de respeito pela imagem urbana do concelho. -----

Sobre a empresa “Águas do Ribatejo” apresentou algumas questões sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos, nomeadamente, que trabalhos em concreto se tratam, quais os seus objetivos, e se existe ou não uma ocupação acrescida de espaço, e nas áreas ocupadas ou a ocupar pela empresa, a que sujeição ela se encontra em termos de contrato de uso do solo.-----

Para quando o inicio das obras do Mercado Municipal e se a situação de contencioso com o empreiteiro está resolvido ou não.-----

Sobre o Jardim Municipal, referiu que passaram sete meses de utilização e essa utilização não tem merecido o entusiasmo da população de Alpiarça em termos de frequência, questionou qual é a leitura de valorização urbana e social daquele espaço. -----

----- O Deputado Júlio Pratas, reiterou a vergonha do que aconteceu com os contentores do lixo uma vez que não são atitudes dignas de quem quer que seja. E faz votos para que a GNR encontre os culpados, e deseja que sejam sinceras todas as manifestações de indignação. Também manifestou o seu aplauso, ao trabalho da Câmara no que respeita ao lixo, à limpeza, e à demolição de casas em ruínas. Concluiu que o grande problema do Município para fazer mais e melhores

obras está na falta de dinheiro.-----

----- Para terminar, usou da palavra o Deputado Carlos Marques, que falou sobre o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o Clube Desportivo “Os Águias” para financiamento do Triatlo, e que hoje em dia já não existe Triatlo, questionou se ainda se justifica a manutenção deste protocolo. -----

Questionou o Presidente da Câmara se sabe quem é o proprietário do número contíguo ao número duzentos e oitenta da Rua José Relvas.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao Deputado Rosa do Céu, sobre a questão do número dois do artigo décimo do Regulamento e disse que o orçamento deve ser apresentado numa reunião de Assembleia Ordinária, no entanto no seu entender esta norma não é imperativa quanto ao tipo de assembleia, se ordinária ou extraordinária. -----

----- Em seguida foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que respondeu às questões colocadas pelos Srs. Deputados. -----

Em relação ao orçamento foi explicado numa reunião de Câmara que enviou uma carta ao Presidente da Assembleia Municipal dando nota sobre a imprevisibilidade e incerteza relativamente aos dados da proposta de Orçamento para o ano de 2019. -----

Em resposta à Deputada Ana Rita Marques, sobre os contratos dos prédios em Lisboa, disse que irá fazer chegar os mesmos. Sobre o Conselho Municipal de Juventude, a leitura que faz é que não há obrigatoriedade clara na criação desse Conselho.-----

Respondendo à Deputada Graciete Brito, disse que acha que as questões referentes ao Jardim Municipal apresentadas pela oposição, atingiram um nível claramente exagerado, e daí uma tendência por parte da Câmara de desvalorizar muitas dessas críticas, que não farão muito sentido. Algumas das críticas tinham algum cabimento conforme se pode constatar pela retirada de alguns equipamentos. Em resultado da visita da ASAE, em vez de se selar o parque existente, optou-se por retirar os equipamentos temporariamente. Mas quando da visita da ASAE já estávamos a procurar adquirir a respetiva vedação. -----

Disse ainda, sobre o terreno de acesso ao parque infantil da Escola EB1-JI, que o terreno não é todo do Município, e ainda assim, a Câmara tem procurado melhorar as suas condições, com intervenções ocasionais, como sempre se fez, mas impossibilitada de fazer intervenções de fundo. Deixou para o Vereador Carlos Jorge Pereira a resposta sobre o prado e o jardim da reserva do Cavalo do Sorraia. Sobre as luzes da piscina irá falar o vereador João Pedro Arraiolos. -----

Sobre a questão da senhora Deputada Margarida Céu, sobre a unidade de cuidados continuados, ainda não houve oportunidade de apresentar uma candidatura aos fundos comunitários, mas neste momento, está-se a trabalhar junto da CIMLT para uma reprogramação dos fundos comunitários. Por outro lado existem as obras na Escola José Relvas e do Quartel dos Bombeiros, o que faz a Câmara refletir sobre as suas prioridades e capacidades em termos de obras. -----

Respondendo ao Deputado Armindo Batata, disse que o Plano Estratégico vai ser apresentado no dia 4 de dezembro, ficam os presentes desde já convidados para a sua apresentação e discussão pública.-----

Sobre o retorno que se obtém com a realização da Alpiagra, entende que ninguém coloca em causa a realização de um certame desta natureza. Temos uma feira agrícola e comercial que é mais que uma festa popular. Tem sido historicamente um pouco mais que isso. Tem sido um marco importante para a vida coletiva e económica no nosso concelho. O retorno faz-se pela valorização da nossa terra e dos seus produtos, mas não se sabe, como nunca se soube, quantificar esse retorno.-----

Sobre a Ecoléziria, disse que os Estatutos não estão completamente blindados, porque basta uma maioria qualificada para se poder alterar esses mesmos estatutos. E uma empresa saudável financeiramente pode atrair a cobiça de privados, e dos grandes interesses que circulam à volta deste negócio. E daí o nosso receio e querermos manter esses serviço diretamente controlado pelo Município. Mas tudo isto é dinâmico, e admite poder fazer-se uma nova avaliação. Acrescentou que dos 6 municípios que integram a Ecoléziria, apenas 2 deliberaram no sentido de avançarem com a baixa e alta. -----

Relativamente às intervenções do Deputado Celestino Brasileiro e da Deputada Anabela Costa, realçou igualmente o grande trabalho dos trabalhadores do Município na recolha do lixo e na limpeza urbana. Disse que a Câmara Municipal também fez um grande esforço financeiro, ao integrar 22 trabalhadores, abrangidos pela regularização de vínculos precários.-----

Em resposta ao Deputado Abel Pedro, concordou que de facto esta situação da morte de peixes é uma situação difícil e lamentável, mas não é uma situação recente, já se arrasta desde tempos anteriores à gestão da CDU. É normal que atualmente a situação seja mais grave, já que passaram mais de 30 anos sem se fazer a limpeza do fundo da barragem e respetiva acumulação de matéria orgânica nos fundos. A solução passará sempre pela retirada da matéria orgânica, que também tem as suas dificuldades e consequências. -----

Em resposta ao Deputado Joaquim Rosa do Céu, também é contra os atentados ao património, no entanto estranha a alusão a uma bandeira rasgada, a seguir a uma noite de forte temporal, que causou danos em muitos concelhos limítrofes. -----

Sobre os trabalhos das “Águas do Ribatejo”, presume que se refere aos trabalhos junto das piscinas, na estação de tratamento de águas, é para ampliação da capacidade de filtragem da água, limpando-a da quase totalidade do arsénio. Quanto ao uso do solo, o que se fez, foi aquilo que sempre se tem feito, uma cedência do solo. -----

No que respeita às obras do mercado municipal, elas terão início logo que se tenha o visto do Tribunal de Contas. No que respeita ao empreiteiro, afirmou que não existe nenhum diferendo, existem sim alguns pormenores técnicos que necessitam de ser concluídos. -----

Em relação ao Jardim Municipal, admite que o revés relacionado ao parque infantil, pode ter diminuído a frequência do Jardim.-----

Em seguida, passou a palavra ao Vereador Carlos Jorge Pereira, relativamente a assuntos que são do seu pelouro. -----

O Vereador Carlos Jorge Pereira, relativamente ao prado da reserva do Cavalão do Sorraia, questão apresentada pelo Deputada Graciete Brito, disse que é verdade que, uma vez ou outra, houve um período de tempo mais dilatado em que o prado não foi cortado, no entanto a Câmara anda a tentar que isso não aconteça. -----

Sobre o Parque Infantil, informou que a Junta de Freguesia tem melhorado alguns parques infantis no Concelho e este na Reserva do Cavalão do Sorraia é um dos que se vai tentar melhorar. -----

Sobre a Alpiagra, questão apresentada pelo Deputado Armindo Batata, disse que não ia acrescentar mais nada porque no seu entendimento o Sr. Presidente respondeu bem à questão. ---

Quanto à preocupação da Vala, referiu que também é uma preocupação deste executivo e já foi falado mais que uma vez, este executivo tem uma candidatura aprovada para a limpeza da vala e das suas margens, candidatura essa em que os trabalhos se irão efectivar a partir de dois mil dezanove e que irá limpar a vala e as suas margens desde a Quinta da Lagoalva até ao limite do Concelho com Almeirim. Mais informou que o executivo está a cuidar dos percursos que foram construídos pelo antigo executivo e que parte deles irão ser recuperados e integrados no percurso pedestre que irá a ser marcado na próxima semana e terá início na Reserva do Cavalão do Sorraia, passando pela Barragem dos Patudos, Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, apanhando os antigos caminhos, junto do Parque do Carril, margem da Vala, ponte do Casal Branco, regressando

pela outra margem da Vala, bem como da Barragem e terminando na Reserva do Cavalo do Sorraia. Resumiu dizendo que o executivo vai intervindo naquele local conforme a disponibilidade financeira da Câmara.-----

Teve a palavra o Vereador João Pedro Arraiolos, que esclareceu algumas questões, nomeadamente a apresentada pela Deputada Graciete Brito, sobre a falta de luz nas piscinas municipais. Informou que existia uma avaria no sistema de aquecimento da nave das Piscinas já há algum tempo já que demorou cerca de três semanas a esperar por uma peça necessária para um equipamento que tem cerca de dezoito anos. Disse ainda que a acrescentar a esta situação do dia onze de Novembro houve um grande temporal que fez que se acumulasse muita água no teto da piscina e esse facto talvez tenha sido a causa do abatimento de uma parte do teto falso, criando um desnivelamento na calha da luz, tendo-se optado depois por encerrar a piscina para se aceder á parte de cima desse mesmo teto. Explicou ainda que a piscina interior teve que ser esvaziada de forma a colocarem andaimes dentro da mesma. Sobre o protocolo existente com o Clube Desportivo “Os Águias”, questão do Deputado Carlos Marques, informou que deixou de ser apoio ao Triatlo conforme estava previsto e ficou deliberado em reunião de Câmara como sendo reforço à formação do Clube Desportivo “Os Águias”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem do dia.-----

ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

Apresentação e exposição do ponto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, sustentada pelos documentos distribuídos aos senhores deputados, tendo realçado que o Município deixou de estar com excesso de endividamento, situação que há muitos anos não se verificava. -----

Interveio os Srs. Deputados Joaquim Rosa do Céu, Graciete Brito, Fernanda Cardigo. -----

---- O Deputado Rosa do Céu, sobre as atividades que tiveram lugar na Praça José Pinhão, lembrou o facto de o piso ser feito em mármore Liós, que já se encontra num estado avançado de deterioração. Realçou a questão apresentada pelo Deputado Carlos Marques sobre a propriedade do terreno na Rua José Relvas, já que a sua limpeza foi efetuada por trabalhadores da autarquia. ---

---- A Deputada Fernanda Cardigo fez questão de realçar o bom trabalho feito pelo executivo em muitas situações. Passa o tempo a defender-se de ataques, mas tem também de saber realçar o

bom trabalho que faz. -----

---- A Deputada Graciete Brito, lamentou a não existência de uma 2ª volta no período antes da Ordem do Dia, mas por ter falado longe do micro não ficou perceptível mais pormenores da sua intervenção. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões apresentadas. Nomeadamente, à necessidade de proteger os equipamentos municipais, mas com equilíbrio, pois também é necessário dar-lhe uso e vida. -----

Relativamente ao terreno na Rua José Relvas, o Vereador Carlos Jorge disse que deve haver alguma confusão, já que a intervenção da Câmara foi apenas no passeio e não no terreno, em consequência de uma vedação que caiu. -----

Manifestou total sintonia com a intervenção da Deputada Fernanda Cardigo, reconhecendo que muitas vezes divulga-se pouco o bom que se faz.-----

O Presidente da Assembleia informou a senhora deputada Graciete Brito, que não há a obrigatoriedade de uma 2ª volta, no período antes da ordem do dia, apenas se verificando quando sobra tempo da primeira volta, o que não foi o caso hoje, porque se registaram muitas inscrições. Foi tomado conhecimento. -----

PONTO 2 - Apreciação e votação da Proposta - Substituição de Dívida - Proposta de Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao limite de EUR 3.305.346,48. Município de Alpiarça. -----

Apresentação e exposição do ponto pelo Sr. Presidente da Câmara, Mário Pereira e pelo Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, sustentada pelos documentos distribuídos e em anexo. Entre outros pormenores técnicos, fez questão de realçar que não se trata de um novo empréstimo, nem a dívida do Município passará a ser maior que aquela que existe. É pois apenas um empréstimo de substituição, que diminuirá o estrangulamento que existe em termos de tesouraria. -----

---- Interveio o Deputado Joaquim Rosa do Céu, manifestou concordância, mas sobre uma frase dita sobre a verificação de uma dívida por registar, no montante de 1,1 milhões de euros, pretendeu saber em que data em concreto se verificou essa constatação, e saber se houve por parte de alguém do executivo ao tempo, instruções para esse não registo, e quem, pois o ato de não registo não é permitido por lei. Iguamente pediu para ser esclarecido, que depois desta operação, qual é o montante anual de redução com a dívida no Município. -----

.... Em seguida interveio o Deputado Abel Pedro, insurgiu-se com uma frase do Vereador João

Pedro Arraiolos, que terá dito que “estava a falar contra uma parede”, e que não se revê nessa frase. -----

----- O deputado Celestino Brasileiro interveio para mostrar total apoio à proposta da Câmara. -----

----- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que explicou que a tal dívida não registada se constatou numa auditoria que se realizou no início de 2010, amplamente discutida nessa altura na Câmara e na Assembleia, e são dívidas resultantes de processos judiciais condenatórios da Câmara, e a diversas entidades, tal com à ADSE, à RESIURB, entre outras. -----

----- O Vereador João Pedro Arraiolos, contestou a acusação do Deputado Abel Pedro, alegando que não falou diretamente para ninguém, não entendendo a crítica, sobre o montante de redução estima-se que seja reduzida cerca de 480 mil euros, mantendo-se as condições atuais. -----

----- Para uma 2ª volta, interveio o Deputado Rosa do Céu, precisando que registou as palavras do Presidente da Câmara, referindo que faz toda a diferença a auditoria ter-se verificado em 2010 e não em 2011, porque depois de um ano já não há faturas em conferência. -----

----- O Deputado Abel Pedro, voltou a insistir na frase do Vereador, que estando o Vereador a falar para os Deputados, entendeu que “O falar para uma parede” seria com os deputados. -----

----- Voltou a intervir o Presidente da Câmara, dizendo que na realidade o Plano de Saneamento financeiro foi aprovado em 2011, mas começou a ser preparado e trabalhado desde 2010. -----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA), 7 abstenções do PS e declaração de voto do Deputado Armindo Batata, -----

Declaração de Voto do Deputado Armindo Batata: “Voto favoravelmente a proposta do executivo Camarário porque a operação tal como foi apresentada é oportuna e em segundo lugar voto favoravelmente na convicção de que a folga de tesouraria resultante seja utilizada para investimentos produtivos neste Concelho.”-----

PONTO 3 - Apreciação e votação da Proposta Imposto Municipal de Imóveis (IMI) - Valor percentual para o ano de 2018 a liquidar em 2019 - D.L. n.º 287/2003, de 13 de Novembro, com a redação atualizada. -----

Município de Alpiarça -----

Proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, Mário Pereira, que nomeadamente justificou esta proposta, pelo facto do ponto anterior ter sido aprovado, o que vai permitir uma maior folga orçamental. -----

----- Interveio o Deputado Joaquim Rosa do Céu, que pretendeu saber quanto vale o 0,01%. -----

----- Interveio o Deputado Armindo Batata, que referiu que a proposta pouco adianta, nem para os cofres da autarquia nem para as famílias. Não era essa a proposta que gostaria de ver, preferindo uma solução que passasse pelo IMI familiar. -----

----- Em seguida, interveio a Deputada Graciete Brito, que referiu também esta redução é um sinal muito fraco, já que se trata de uma quantia irrisória. Esperava, que face à maior folga financeira, a redução na taxa do IMI fosse maior. -----

.... O Presidente da Câmara, em resposta, afirmou que a percentagem de 0,01% corresponde a uma redução de cerca de 20 mil euros anuais. Em relação ao IMI familiar reafirmou uma questão de princípio, em que todas as famílias devem pagar em termos progressivos consoante o património que têm, no que respeita ao IMI, quer consoante os seus rendimentos, no que respeita ao IRS. O IMI familiar coloca uma distorção, que pode beneficiar uma família numerosa, mas com património elevado, o mesmo se diga em relação ao IRS. -----

Durante 5 anos o Município de Alpiarça praticou a taxa mais baixa possível e ninguém valorizou esse facto. Depois teve que ser aumentado pelas razões amplamente discutidas, ainda assim, em média destes 7 anos, praticou-se uma taxa de 0,33%, uma das mais baixas do distrito. -----

----- Para uma 2ª volta, usou da palavra a Deputada Graciete Brito que constatou a afirmação do Presidente da Câmara relativamente à taxa do IMI no tempo da gestão do Partido Socialista, dizendo que os imóveis ainda não tinham sido avaliados, logo o montante pago era muito baixo, e mais discordou relativamente à questão da taxa média, afirmando que deve ser feita uma média ponderada. -----

----- Em seguida a Deputada Fernanda Cardigo, referiu um caso concreto de uma senhora que foi falar à Junta, de uma senhora que veio morar para Alpiarça há ainda pouco tempo, e que tem neste momento grandes dificuldades para pagar suas despesas e a Junta nestes casos procura sempre ajudar, já que tem umas verbas, resultante do IMI, que destina a estes apoios, e por isso mesmo concorda totalmente com o IMI como está, e não na forma de IMI familiar. -----

----- Em seguida voltou a falar o Deputado Joaquim Rosa do Céu, manifestando discordância com os argumentos do Presidente da Câmara no que respeita ao IMI familiar, pois também na situação atual as famílias com maiores rendimentos vão pagar menos do que já pagavam sem esta nova taxa. Mais disse que nesse tempo do Partido Socialista na gestão municipal, havia a taxa máxima, mas também havia criação de emprego. E se isto era tão mau, porque a CDU não aprovou em 2010 uma proposta do PS para se fazer uma auditoria aos atos de gestão do PS. Porquê? -----

----- Em seguida falou o Deputado João Osório, referiu que as posições na Assembleia foram-se alterando, e que a maioria dos Deputados já aqui está há muito tempo, e que se lembra bem, que o que vinha à Assembleia no tempo do Partido Socialista, era sempre a taxa máxima. -----

----- A Deputada Anabela Costa, referiu que existe uma possibilidade de se fazer baixar o IMI, com a reavaliação dos imóveis. Mais disse que por outro lado sabe que muitas famílias em Alpiarça não pagam IMI, porque reúnem as condições previstas para requerem a isenção. E que também se lembra bem, das taxas máximas, e que sempre votou contra. Mas concorda com apenas esta redução, admite que é irrisório, mas é um sinal que se está dando, de efetivamente se querer baixar. -----

----- O Deputado Armindo Batata, disse que assistindo a estas conversas, não pode esquecer a posição da CDU, na Assembleia da Republica, ter ficado calada sobre a dívida do PS. -----

----- O Deputado Rosa do Céu, disse que foi feita uma acusação de que ele, enquanto Presidente da Câmara, terá querido baixar a taxa do IMI no Casalinho, pediu para que fosse entregue na mesa o momento em que isso aconteceu. Diz que uma coisa é o cidadão outra o Presidente, e o cidadão Rosa do Céu não concorda que o coeficiente de conforto seja igual no Casalinho ou na Rua José Relvas em Alpiarça. -----

.... O Presidente da Câmara, para concluir, voltou a confirmar a média que já tinha enunciado. Sobre a auditoria referida pelo Deputado Rosa do Céu, diz que a CDU, ao contrário do PS, não tem a perspetiva de judicializar a vida política. Estamos a falar de matéria política, a Câmara de Alpiarça não deve ser gerida pelos Tribunais. Politicamente os senhores são responsáveis pelas vossas decisões políticas. Tal como nós. -----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por maioria com 10 votos a favor (8 da CDU e 2 do PS); 4 abstenções do PS e 2 votos contra (1 do PS e 1 do MUDA), com declaração de voto dos deputados Abel Pedro, Joaquim Luís Rosa do Céu e Carlos Marques. -----

----- Declaração de voto de Abel Pedro: " Eu paralelamente a esta proposta acho efetivamente que a questão do IMI é um fator primordial aqui em Alpiarça, de qualquer maneira penso que o executivo da Câmara que apresentou a proposta poderia ter ido mais além."-----

----- Declaração de voto de Rosa do Céu: " A minha abstenção resulta da ponderação de alguns fatores, logo à partida porque esta descida não é substantiva relativamente ao montante que podia vir a atingir, por outro lado, no estado em que Alpiarça está, onde os fatores competitivos que apresenta são praticamente nulos relativamente a Municípios vizinhos, há alguns que ainda

podiam ter alguma leitura interpretativa nesse sentido e portanto eu acho que devia atendendo à incapacidade para depois consagrar qualidade de vida nos outros fatores de apontar para uma taxa mais reduzida e de equivalente ao que se passa nos Municípios vizinhos porque podia ser uma efetiva proposta de vida para alguns novos residentes, não só os que usufruem o rendimento social de inserção mas também outros." -----

----- Declaração de voto de Carlos Marques: " Eu votei contra esta proposta apresentada porque, o voto é mais político que outra coisa. Durante a campanha eleitoral a CDU referiu várias vezes uma taxa de IMI, aumentaram para o que aumentaram, este abaixamento não é nada e quando não seja fazer tudo o que disseram na campanha eleitoral, em relação à taxa do IMI penso que estão a ser desonestos com a população e daí o meu voto contra." -----

..... O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a continuação dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade a continuidade dos mesmos.-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta - Taxa de Derrama do Ano de 2018, para cobrança no Ano de 2019.-----

Município de Alpiarça-----

O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, resumiu que a proposta apresentada é de manter a situação que existe há vários anos, e para o ano de 2019, 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior superior a 150 mil euros, e 1% para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros, e depois com outro ponto da isenção da Derrama durante dois anos, nos anos de 2020 e 2021 para as empresas que cumulativamente fixem a sua sede no Concelho de Alpiarça, no ano de 2019, que criem e mantenham durante esse período três ou mais postos de trabalho.-----

Não houve intervenções.-----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por maioria, com 9 votos a favor (8 CDU - PCP-PEV e 1 MUDA - Alpiarça PPD/PSD.CDS-PP.MPT e 7 abstenções (PS). -----

PONTO 5 - Apreciação e votação da Proposta - Percentagem da participação variável no IRS - Ano de 2019 - Artigo 26º da Lei das Finanças Locais - Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na redação atualizada.-----

Município de Alpiarça-----

----- Intervenção do Presidente da Câmara para apresentação da proposta, onde reafirmou o constante nos documentos.-----

Resumiu que a proposta apresentada é sobre a participação do Município nos 5% do IRS na totalidade, mantendo a situação que existiu sempre no Município, desde que surgiu esta possibilidade de participar ou não nos 5% do IRS nos sujeitos passivos, pelo que seria de manter a mesma posição. -----

----- A Deputada Graciete Brito, referiu e lembrou que cada vez mais uma parte substancial dos Municípios devolvem uma parte do IRS e isto como forma de segurar a população ou até de captar novos residentes neste contexto disse que se a Câmara fizesse alguns cálculos poderia vir a ganhar com isto. -----

O Presidente da Câmara respondeu à Deputada e disse julgar que a tese proferida não está provada em lado nenhum e que a generalidade dos Municípios que abdica de uma parte ou da totalidade da participação do IRS tem perdido população. -----

Também referiu que abdicar da participação do IRS é tirar àqueles que menos capacidades têm para beneficiar os que mais têm.-----

Na segunda ronda de questões intervieram os Deputados; Graciete Brito, João Pedro Osório e Júlio Pratas. -----

----- A Deputada Graciete Brito insiste na tónica de que o Município poderia ficar a ganhar com a devolução da sua percentagem no IRS, pois até o IMI poderia aumentar com aquela medida. -----

----- O Deputado João Osório, referiu que quase todos os Concelhos têm uma taxa de 5% à exceção de Coruche que tem 3% e Rio Maior tem 4,8% e o Concelho que tem estado a diminuir mais é Coruche.-----

----- O Deputado Júlio Pratas, referiu que a propósito desta questão da população de Alpiarça dos que veem para Alpiarça e dos que vão de Alpiarça, e disse que num estudo recente coordenado por Renato Campos (economista), Margarida Oliveira (Geógrafa) e César Lourenço (planeador urbano) estas três pessoas avançam com a conclusão que Alpiarça vê praticamente estabilizada a sua população no período de trinta anos." o Deputado terminou a sua intervenção dizendo que o alarme da desgraçada desertificação de Alpiarça fica assim um pouco mais atenuada.-----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por maioria, com 8 votos a favor e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA). Declaração de voto do deputado Armindo Batata (MUDA - Alpiarça PPD/PSD.CDS-PP.MPT).-----

----- Declaração de voto do Sr. Deputado Armindo Batata; "A devolução do IRS refletiria o interesse em captar população com mais elevado poder de compra com reflexos muito positivos na atividade do Concelho." -----

PONTO 6 - Apreciação e votação da Proposta - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor percentual para o Ano 2019 - Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro, na redação atualizada - Lei das Comunicações Eletrónicas-----

Município de Alpiarça-----

Apresentação da proposta feita pelo Sr. Presidente, sustentada pela documentação distribuída. ----

Não houve intervenções neste ponto.-----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por maioria, com 9 votos a favor (8 CDU e 1 PS) e 7 abstenções (6 PS e 1 MUDA - Alpiarça PPD/PSD.CDS-PP.MPT) -----

PONTO 7 - Apreciação e votação do Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço, do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira - Aprovação da Composição do Júri.-----

Município de Alpiarça. -----

Apresentação da proposta pelo Vereador João Pedro Arraiolos -----

Referiu que se trata do Procedimento Concursal para Nomeação em Regime de Comissão de Serviço do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira e tendo em conta que é competência da Assembleia Municipal a nomeação do júri para este procedimento, vem aqui a proposta da constituição do júri que sendo um caso de direção intermédia terá de ser composto por cargos equivalentes ou superiores, neste caso são dois dirigentes são os dois vereadores e outros dirigentes de outras autarquias porque no Município não existem dirigentes de cargos superiores. -----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 - Apreciação e votação da Proposta Presidência - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária e no licenciamento de instalações destinadas ao apoio à atividade de turismo rural e organização de atividades de animação turística, complementado com uma zona de restauração e museu etnográfico, sita na Quinta de São Miguel - Estrada Municipal 1455.-----

Requerente Miguel Maurício Leonor Fidalgo Pistola. -----

----- O Presidente da Câmara, referiu que é uma proposta idêntica a tantas outras que já estiveram presentes na Assembleia Municipal. Trata-se de, ao abrigo da legislação vigente, procurar uma solução para o licenciamento de atividades de criação de animais, neste caso de cavalos, bem como a possibilidade de promover a atividade de turismo rural. -----

Referiu ainda que se este projecto merecer aprovação da Assembleia Municipal deverá ser posteriormente aprovado por membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do turismo ou do ordenamento do território.-----

----- O Deputado Joaquim Rosa do Céu, referiu que os documentos apresentados e apensos ao ponto não estão completos, faltando a proposta. -----

Perante o impasse, o Presidente da Assembleia admitiu que este ponto passasse para a Assembleia que se irá realizar em Dezembro. -----

Contudo como ninguém se opôs a que pudesse ser votado neste momento, o ponto foi posto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO: Aprovado por unanimidade -----

PONTO 9 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.-----

----- **Moção apresentada pela CDU - Pela Reposição da Taxa reduzida de IVA de 6% na prestação de serviços públicos essenciais à população.**-----

--- A Moção foi apresentada pela Deputada Fernanda Cardigo.-----

“PELA REPOSIÇÃO DA TAXA REDUZIDA DE IVA DE 6% NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO.-----

Num momento, em que ainda se encontra em discussão o Orçamento de Estado para 2019 e tendo em consideração que apesar de alguns avanços registados nos últimos anos, ainda persistem muitas das medidas de austeridade tomadas pelo anterior governo, com graves prejuízos para a população, para o Poder Local e para o País, como é o caso da taxa de IVA que incide sobre serviços públicos essenciais e imprescindíveis à população.-----

Uma das medidas tomadas pelo anterior governo foi o agravamento da taxa de IVA sobre a Iluminação Pública, de 6% para 23%, assim como o agravamento da taxa do IVA nas refeições escolares que neste momento se encontra em 13%.-----

Medidas como estas, apesar de terem sido anunciadas como extraordinárias e limitadas ao período de vigência do denominado memorando de entendimento entre Portugal e a “Troika”, ainda perduram, onerando as finanças municipais e prejudicando as populações.-----

Ora, se estas taxas de IVA na prestação destes serviços públicos essenciais fossem reduzidas, o Município passaria a dispor no seu orçamento de mais um valor que poderia ser investido na melhoria da qualidade de vida da sua população.-----

Nesse sentido, a Associação Nacional de Municípios Portugueses reiteradamente, orçamento após orçamento, tem exigido que seja reposta a taxa reduzida de 6% de IVA na iluminação pública, dado que se trata do cumprimento de tarefas essenciais ao bem estar e segurança pública, assim como o tem feito em relação ao IVA nas refeições escolares, sendo incompreensível que esta situação perdure no Orçamento de Estado para 2019.-----

Por outro lado, a Associação Nacional de Municípios Portugueses também considera inadmissível o pagamento da contribuição para o audiovisual na tarifa da iluminação pública, desviando dinheiros que podiam ser aplicados em investimento municipal. -----

Sublinha ainda a Associação Nacional de Municípios Portugueses a caricata realidade de existirem equipamentos municipais com contador autónomo, a pagar taxa de audiovisual.-----

Nestes termos, a bancada da CDU na Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 23 de Novembro, propõe que se: -----

1. Defenda a reposição da taxa reduzida de IVA de 6% na iluminação pública; -----
2. Defenda a reposição da taxa reduzida de IVA de 6% nas refeições escolares; -----
3. Defenda a revogação da taxa de audiovisual cobrada aos equipamentos municipais.-----

E se comunique ao Sr. Primeiro-ministro, e à Associação Nacional de Municípios Portugueses.”-----

---Intervieram os Srs. Deputados; Graciete Brito e Joaquim Rosa do Céu.-----

....A Sr^a Deputada Graciete Brito referiu que é necessário mudar uma vírgula no texto lido, na frase “assim como o tem feito em relação ao IVA, nas refeições escolares sendo”. Tirar a vírgula a seguir a IVA e colocar a seguir a escolares. Que teve a concordância dos proponentes. -----

....O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu disse que votava favoravelmente porque entendia que é prioritário reduzir o IVA, e faz votos que a bancada da CDU na Assembleia da República não abdique desta posição. -----

....**VOTAÇÃO:** Moção foi aprovada por unanimidade-----

-----**Moção CDU - CTT - Contra a destruição total dos CTT - Pela Renacionalização dos CTT -**

-----A Moção foi apresentada pelo Deputado Júlio Pratas.-----

“Contra a destruição total dos CTT-Pela Renacionalização dos CTT”-----

No dia 12 de Janeiro do corrente ano foi aprovada nesta Câmara Municipal uma moção contra a intenção de encerramento da Estação de Correios local.-----

Não surtiu qualquer tipo de efeito o que se solicitava e a Administração dos CTT encerrou mesmo as instalações de um serviço que hoje é prestado com manifestas limitações. Outros Concelhos

como:-----

- Pedrogão Grande;-----
- Gavião;-----
- Mora;-----
- Avis;-----
- Vidigueira;-----
- Almodôvar;-----
- Manteigas;-----
- São João da Pesqueira;-----
- Belmonte;-----
- Figueira de Castelo Rodrigo;-----
- Aljustrel;-----
- Barrancos;-----
- Alvito;-----
- Cuba,-----

Viram as suas instalações dos CTT, também encerradas.-----

Há dias o Sr. Presidente da Câmara enviou um ofício ao Presidente do Conselho de Administração da ANACOM dando conta de que Alpiarça mantém a posição sobre este assunto e onde refere que reitera a opinião de que os CTT devem respeitar o cumprimento dos princípios de universalidade e de proximidade a que a que estão obrigados, no contrato de concessão do serviço público “----- Os CTT tinham previsto encerrar vinte e dois postos de correio mas afinal encerraram (por enquanto) cinquenta e dois. O Sr Francisco Lacerda presidente da empresa numa entrevista à TSF orgulha-se do facto de neste momento “ mais de 75% da rede de atendimento já funciona com parcerias com comerciantes locais”-----

O ministro Pedro Marques, acha mal mas com diz:, “ Está de mãos atadas”, “ não manda no regulador”, “ não manda nos CTT”.-----

O que efetivamente se passa é um assalto e destruição dos correios enquanto serviço público com centenas de anos que faz falta às populações. É pois necessário que o Governo assuma a confrontação com a administração dos CTT com base na violação do contrato de serviço público postal.-----

Neste como noutros aspetos da governação não é aceitável que quem de direito” assobie para o

lado” enquanto se assiste à degradação da qualidade de vida dos cidadãos.-----

É possível renacionalizar os Correios. -----

Desde a privatização foram eliminados de diversas formas 533 postos de trabalho e 73 estações de correio. Hoje em dia a preocupação dos acionistas é estender o numero de balcões do Banco CTT pressurosamente autorizado aquando da privatização, Banco que tem sido alvo do maior numero de reclamações (15.000) dentro do sistema .-----

Nos últimos 4 anos os dividendos pagos aos accionistas foram o dobro dos lucros obtidos, delapidando o património imobiliário dos CTT recebido do Estado aquando da privatização. A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 23 de Novembro de 2018, delibera:-----

1 - Exigir ao Governo que decida intervir neste vergonhoso processo, que imponha o cumprimento dos princípios de universalidade e de proximidade que estão na base do contrato do serviço publico que os CTT devem respeitar.-----

2 - Solicitar à ANMP e à ANAFRE que discutam a situação com os CTT e as violentas quebras na estrutura e proximidade aos cidadãos.-----

3 - Exigir que a Assembleia da Republica legisle no sentido da Reversão Total da Privatização dos CTT e conseqüente renacionalização. Desde Janeiro que existe uma petição neste órgão de soberania com 12.000 assinaturas, estranhamente por discutir.-----

Remeta-se às referidas entidades.”-----

----- O Deputado Abel Pedro congratula-se pelo facto do Sr. Presidente da Câmara ter enviado um officio ao Presidente da ANACOM no entanto, disse que desconhecia esse facto e também referiu uma questão de português na Moção que foi lida. Na frase “O ministro Pedro Marques, acha mal “mas com diz” deve ser para “como” diz. Aceite a correção.-----

..... O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que poderia fazer chegar o referido officio, que surgiu em seguimento de uma conversa que teve com o Presidente da ANACOM. -----

..... **VOTAÇÃO:** A Moção foi aprovada por unanimidade-----

VOTO DE LOUVOR apresentada pelo MUDA - ALPIARÇA (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), sobre o 43º aniversário do 25 de Novembro de 1975, apresentada pelo Deputado Armindo Batata.-----

Moção – 43º aniversário do 25 de Novembro de 1975

Comemoram-se no próximo domingo, 43 anos sobre o 25 de Novembro de 1975, uma data de grande simbolismo para a consolidação definitiva da Democracia em Portugal.

Nas eleições que tinham ocorrido em Abril de 1975, as primeiras eleições livres no Portugal de Abril, ficou claramente expressa a recusa aos novos totalitarismos que se anunciavam.

De imediato, os partidos perdedores, iniciaram um processo revolucionário de substituição dos resultados democráticos por, autodenominados, movimentos de massas. Ficou conhecido na história por PREC – Processo Revolucionário em Curso.

Era por demais evidente, que a jovem Democracia não iria resistir à sucessão de actos violentos perpetrados nesse Verão, tanto pela direita como pela esquerda.

As movimentações tendentes a salvar o regime Democrático que nascia, foram surgindo, tanto entre os militares moderados do MFA, numa proclamação denominada “Documento dos Nove”, como na sociedade civil através da actuação política do PS, PPD e CDS que recusavam modelos extremistas para a sociedade portuguesa.

Em 12 de Novembro desse ano, teve lugar o cerco à Assembleia Constituinte, mantendo durante dois dias, sequestrados, os deputados livremente eleitos e o Chefe do Governo, este na sua residência oficial.

Teria sido este sequestro que despoletou as movimentações militares do 25 de Novembro.

Nesta efeméride que se aproxima, não podemos deixar de pensar no esforço e no risco que foi para a vida e para as carreiras dos que então lutaram pela manutenção da Democracia, que, sem a sua corajosa actuação, teria muito provavelmente perecido ou pelo menos teria sido acorrentada por muito tempo.

Assim, o Deputado Municipal do Muda Alpiarça (PSD / CDS / MPT) propõe à Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida a 23 de Novembro de 2018 que:

Se aprove um voto de louvor a todos os que construíram as condições para o sucesso das acções que, em 25 de Novembro de 1975, devolveram Portugal ao caminho da Democracia e, em especial, para os que, com risco das suas vidas, executaram as acções militares que concretizaram este objectivo;

Caso seja aprovada, esta moção deverá ser enviada ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e à Associação 25 de Abril e publicada no jornal “Voz de Alpiarça.

Alpiarça, 23 de Novembro de 2018

Moção apresentada por MUDA ALPIARÇA (PSD / CDS / MPT) na Assembleia Municipal de Alpiarça

--- O Sr. Presidente da Assembleia questionou o Sr. Deputado Armindo Batata se o que foi apresentado foi uma moção ou voto de louvor e referiu que no título está escrito Moção e no texto lê-se Voto de Louvor. -----

--- Definiu-se em conjunto que fosse um Voto de Louvor.-----

Intervenções dos Srs. Deputados, Rita Marques, Joaquim Rosa do Céu, Celestino Brasileiro.-----

--- A Deputada Rita Marques propôs a alteração de uma palavra de "totalitarismos" por "autoritarismos" porque na ciência política os termos são diferentes "totalitarismos" só se aplica ao regime NAZI e à URSS. -----

--- O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu referiu que a moção transformada em voto de louvor como seria evidente não iria ser aprovada, no entanto sugeriu que por uma questão de redação se o título passa de moção para voto de louvor então no último parágrafo e também caso seja

aprovado “este voto de louvor e não esta moção”. Relativamente ao teor disse que somos produtos das gerações que vivemos e na geração dele existem dois anos que o próprio nunca daria por perdidos referiu-se ao ano de 1968 e em Portugal o ano de 1975, porque o ano 1975 foi o ano de todos os confrontos, tendo em vista um esclarecimento total sobre o regime e sobre as opções de regime e de facto 1975 marcou a luta de um lado por uma democracia representativa e do outro lado daquilo que vulgarmente se usou chamar uma democracia popular, centrada no poder orgânico de estruturas que emanavam de uma situação repressiva, e 25 de Novembro de 1975 representa esta luta da democracia representativa contra as apetências ditatoriais o que era mais marcante num País que tinha saído de um ditadura de 48 anos há meia dúzia de meses. Foi importante esta vitória da democracia representativa, que em boa hora saiu vencedora, com um número mínimo de vítimas. -----

--- O Deputado Celestino Brasileiro justificou a sua opinião e disse que respeitando todas as opiniões transmitidas não se revia nos considerandos do voto de louvor/moção apresentado seria incapaz de votar favoravelmente uma Moção onde diz que o 25 de novembro é uma data de grande simbolismo para a consolidação definitiva da democracia em Portugal, referiu que viveu e teve familiares diretos que viveram e sentiram na pele o que era a falta de democracia a falta de liberdade e o dia que efectivamente nos deu democracia e liberdade foi o 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro uma vez que foi nessa data que se fez a consolidação e esperemos que definitiva da democracia da Liberdade em Portugal.-----

--- **VOTAÇÃO:** O ponto não foi aprovado. Oito votos contra (CDU) e oito votos a favor (PS+MUDA). -

--- Declaração de voto do Sr. Deputado João Pedro Osório. “Eu votei contra também na base do que foi dito pelo meu camarada e amigo Celestino Brasileiro e que de facto devíamos estar aqui a festejar o vinte e cinco de Abril e não o vinte e cinco de Novembro eu vou justificar com uma passagem do ilustre Português fascista que disse isto após o vinte e cinco de Novembro: (...) “Também o cónego de Melo ficou manifestamente desiludido. Tanto empenho, tanta mobilização das populações arregimentadas pela Igreja e pelos padres, tantos assaltos e destruições de Centros de Trabalho do PCP, tantas bombas, tantos atentados - alguns dos quais até tem sido difícil manter impunes - e afinal um tal resultado: liberdades, regime democrático, aprovação da Constituição. Desapontamento profundo. Não sabe como explicar mas explica: “ O 25 de Novembro foi da total responsabilidade dos marxistas (...)”-----

--- **Recomendação do MUDA - ALPIARÇA PPD/PSD.CDS-PP.MPT , sobre a Albufeira dos Patudos -**

Recomendação à Câmara Municipal de Alpiarça, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art. 59º e do n.º 2 do Art.º 20º do Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

----- Recomendação apresentada pelo Sr. Deputado Armindo Batata. -----

Assembleia Municipal de Alpiarça



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça
Alpiarça

Recomendação n.º 3/2018

Recomendação à Câmara Municipal de Alpiarça, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art. 59º e do n.º 2 do Art. 20º do Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça

É nossa opinião que o problema da albufeira dos Patudos, neste momento, está para além das abordagens político/partidárias. Cremos que é altura, usando uma linguagem que todos entendemos, de agarrar o touro pelos cornos.

A albufeira está doente, as soluções para o presente e para o futuro têm que ser técnica e ambientalmente discutidas e as implicações financeiras avaliadas. Em suma, estamos perante uma questão pluridisciplinar, extravasando as vontades e os empenhamentos de A ou de B.

Privilegiamos a procura de soluções em contraponto com a procura de eventuais erros na gestão da albufeira. Assim,

Muda Alpiarça (PSD / CDS / MPT) propõe que Assembleia Municipal de Alpiarça recomende à Câmara Municipal de Alpiarça que, com a urgência que o assunto exige, promova uma mesa-redonda sobre o tema da recuperação da Albufeira dos Patudos, aberta aos interessados em apresentar ideias para a resolução do problema.

Assembleia Municipal de Alpiarça, em 23 de Novembro de 2018

O Deputado Municipal

A handwritten signature in black ink, appearing to be "A. Batata", written over a horizontal line.

(Armindo Batata)

É nossa opinião que o problema da albufeira dos Patudos, neste momento, está para além das abordagens político/partidárias. Cremos que é altura, usando uma linguagem que todos entendemos, de agarrar o touro pelos cornos. -----

A albufeira está doente, as soluções para o presente e para o futuro têm que ser técnica e ambientalmente discutidas e as implicações financeiras avaliadas. Em suma, estamos perante uma questão pluridisciplinar, extravasando as vontades e os empenhamentos de A on de B. -----

Privilegiamos a procura de soluções em contraponto com a procura de eventuais erros na gestão da albufeira. -----

..... Intervenções do Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu, diz que concorda com a proposta, mas acha que devem ser convidados técnicos, nomeadamente da APA;-----

----- A Sra. Deputada Graciete Brito, disse que a albufeira corre sérios riscos de deixar de ser albufeira, para passar a ser um charco. Este assunto tem de ter uma solução. Temos que, independentemente de haver boa ou má gestão, de haver ou não haver descargas, o importante é encontrarmos soluções. É importante pensarmos bem neste assunto, de modo a não acabarmos com uma das coisas boas que Alpiarça tem. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro, na sua intervenção, manifestou a opinião de que se trata essencialmente de uma questão técnica. Acha que uma mesa redonda, aberta a todos os interessados, não vai resolver nenhum problema. Nós não vamos lá com treinadores de bancada. Sabe que a Câmara tem feito muitos esforços para a resolução do problema, que é transversal, e que existe em muitas massas de água por esse país. Não acha que tenham havido erros. -----

----- Por fim, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal. No sentido que da parte dele não há problema nenhum em discutir este assunto. Alerta para o perigo de demagogias. Fez também questão de realçar que não se conclua que a Câmara não tem soluções. A Câmara tem soluções, sabe de soluções e também sabe dos respectivos encargos financeiros. E por outro lado, quem é o principal responsável, tem-se demitido dessa responsabilidade. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovado por unanimidade-----

Voto de Pesar do PS - Falecimento do General José Loureiro dos Santos, apresentado pelo Sr. Deputado Abel Pedro. -----

“O general José Loureiro dos Santos, morreu no passado dia 17 de novembro em Lisboa, aos 82 anos, vítima de doença.-----

Nascido em Vilela do Douro, concelho de Sabrosa, no distrito de Vila Real, em 02 de setembro de 1936, José Alberto Loureiro dos Santos foi ministro da Defesa Nacional entre 1978 e 1980 nos IV e V Governos Constitucionais, da iniciativa presidencial do General Ramalho Eanes e chefiados, respetivamente, por Carlos Mota Pinto e Maria de Lourdes Pintasilgo.-----

Militar do ramo de artilharia, Loureiro dos Santos foi vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, em 1977 e Chefe do Estado-Maior do Exército.-----

Cumpriu duas comissões no Ultramar, em Angola (1962/1965) e Cabo Verde (1972/1974), foi secretário do Conselho da Revolução no 'verão quente' de 1975 e teve um papel relevante para a consolidação da democracia porque, como major, foi um elemento ativo contra alguns setores da esquerda radical que tentaram um golpe de estado em 25 de novembro de 1975, um confronto entre a democracia ocidental e um regime político capaz de controlar, não só o Estado mas

também toda a ação social de um país, terminando assim com o Período Revolucionário em Curso, o chamado PREC, e impedindo a instalação de um regime totalitarista.-----

O mais jovem general de 4 estrelas passou à reserva em 1993.-----

Com a sua vasta experiência académica, fez parte do conselho científico e lecionou no Instituto de Estudos Superiores Militares, e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), no qual foi membro do Conselho de Honra.-----

Era também membro da Academia das Ciências de Lisboa e do Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa, como personalidade externa.-----

A escrita também fez parte do seu percurso tendo deixado uma obra valiosa, sendo considerado um dos mais notáveis militares da sua geração e o grande mestre da moderna escola de Estratégia para além de ter sido um ilustre conferencista tendo colaborado com os mais diversos órgãos da comunicação social sobre temas que implicassem o estudo de dados geográficos para implementação de uma estratégia ou de uma relação entre o poder político e os espaços geográficos.-----

Assim, e porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alpiarça, propõem, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, um Voto de Pesar pelo falecimento de uma ilustre figura do nosso país, o general Loureiro dos Santos.-----

Alpiarça, 23 de novembro de 2018”-----

--- Interveio a Sr. Deputado Rosa do Céu, para dizer que aprecia o texto da moção e que vai votar favoravelmente, porque o General Loureiro dos Santos é um homem da democracia plena.-----

----O Sr. Deputado João Pedro Osório fez questão de afirmar, que apenas votaria favoravelmente caso seja retirada uma frase, “terminando assim com o Período Revolucionário em Curso, o chamado PREC, e impedindo a instalação de um regime totalitarista”.-----

----Da bancada do PS, defendem que factos são factos, e que nada retiram.-----

----O Sr. Deputado Armindo Batata tem a mesma posição.-----

----Intervenções de Deputados da bancada do PS defendendo a manutenção da proposta inicial, e intervenções de Deputados da bancada da CDU defendendo as alterações.-----

Por último, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez questão de dizer que o 25 de Novembro de 1975, ainda é um acontecimento histórico muito recente, e que foi vivenciado por um grande número dos presentes, daí este debate mais acalorado, o que é natural. Considera que

o 25 de Novembro, foi um golpe complexo, que tinha como objetivo central, afastar o PCP da área de poder político. O que não foi conseguido.-----

VOTAÇÃO: O Voto de Pesar não foi aprovado, com 8 votos contra da CDU e 8 votos a favor, do PS + MUDA).-----

Declaração de voto do Sr. Deputado João Osório “Nós sugerimos que fosse retirada uma frase no 4º parágrafo, desde democracia até totalitarismo, a fim de podermos votar favoravelmente. Como não foi aceite nossa sugestão, não houve condições para votar a favor.-----

Voto de Pesar CDU - Falecimento Sr. Manuel Garriapa Domingos.-----

--- A Srª Deputada Anabela Costa fez a apresentação do Voto de Pesar-----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL GARRIAPA DOMINGOS-----

Manuel Garriapa Domingos nasceu em Alpiarça a 3 de Fevereiro de 1933.-----

Desde jovem que se distinguiu na luta pelos ideais da liberdade, democracia e igualdade.-----

O seu percurso de vida foi sempre um sinónimo de confiança na força da luta dos-trabalhadores, de seriedade e resiliência que contribuiu para muitas vitórias na luta de quem trabalha e para uma melhoria das condições de vida e do trabalho em Portugal.-----

Entre as várias tarefas que assumiu no Movimento Sindical Unitário, pela sua importância e responsabilidade, não pode deixar de ser destacado ter sido membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas (ainda antes do 25 de Abril), membro fundador e dirigente do Sindicato dos Agrícolas do Distrito de Santarém, membro da Direção da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém (desde o conselho distrital de 1984), membro da direção e fundador da Inter-Reformados e membro do conselho Nacional da CGTP-IN.-----

Nas várias lutas que travou destaca-se a luta pelas 8 horas de trabalho nos campos do Ribatejo e a luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres nos campos do distrito de Santarém.-----

Manuel “Ganhito”, como era conhecido, foi também um destacado dirigente do Partido Comunista Português, em Alpiarça, tendo feito parte da sua Comissão Concelhia durante vários anos.-----

Manuel Garriapa Domingos faleceu a 26 de Setembro de 2018, com 85 anos. A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida a 23 de novembro de 2018, associa-se à dor da família e endereça as mais sentidas condolências.” -----

--- Intervenções dos Srs. Deputados Anabela Costa, Joaquim Rosa do Céu, todos no sentido favorável a este Voto de Pesar. -----

--- **VOTAÇÃO:** O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade-----

2º PERÍODO DO PÚBLICO-----

--- Não houve intervenções do público.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao primeiro secretário Deputado João Osório para ler a minuta da ata assim nos termos da lei e nada mais havendo a tratar esta minuta foi colocada à discussão e votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça às 02h33m da qual e para constar se lavrou a presente minuta da ata e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-----

Presidente Assembleia Municipal, Fernando Louro

1º Secretário, João Pedro Osório

2º Secretário, Miguel Miranda

Alpiarça, vinte e três de Novembro de dois mil e dezoito-----